



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES
TOMADA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÕES Nº 4/2018 - DE 21/09/2018 a 20/10/2018
NOME: SINDICOM-BA.

() agente econômico
() consumidor ou usuário

(X) representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Tomada Pública de Contribuições sobre a tutela regulatória da fidelidade à bandeira.

ASSUNTO: "Convite ao público para contribuir na análise sobre eventual fim da tutela regulatória da fidelidade à bandeira, considerando no mínimo os seguintes aspectos:"	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<u>Defesa do consumidor</u>	<u>MANUTENÇÃO DA TUTELA REGULATÓRIA DE FIDELIDADE À BANDEIRA</u>	<ul style="list-style-type: none">• O fim da tutela regulatória de fidelidade à bandeira não seria benéfico ao consumidor, que estaria exposto a práticas de mercado predatórias e irregulares, uma vez que, não existindo a fiscalização da ANP nesse sentido, estariam todos submissos a morosidade da justiça brasileira;• Num outro prisma de análise, não faz sentido cogitar o fim da tutela regulatória, uma vez que o Posto Revendedor tem o livre arbítrio de escolher ou não uma bandeira;• Por fim, caso não exista a tutela regulatória da fidelidade à bandeira, o consumidor seria levado reiteradas

		vezes a erro na compra do combustível, sem contar nos possíveis danos à imagem da Distribuidora.
<u>Fiscalização do setor público sobre o contrato privado entre distribuidores e revendedores</u>	<p align="center"><u>MANUTENÇÃO DA TUTELA REGULATÓRIA DE FIDELIDADE À BANDEIRA:</u></p> <p>No tocante a fiscalização do setor público sobre o contrato privado entre distribuidores e revendedores, torna-se, por regra, desnecessário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Essa fiscalização deve ocorrer apenas nos casos de identificação de monopólio e/ou oligopólio por uma das partes, em que não exista opções de escolha; A desnecessidade, por regra, dessa fiscalização, encontra respaldo, também, no princípio constitucional da autonomia privada e liberdade contratual.
<u>Fiscalização pela ANP da utilização da marca</u>	<p align="center"><u>MANUTENÇÃO DA TUTELA REGULATÓRIA DE FIDELIDADE À BANDEIRA:</u></p> <p>No tocante a fiscalização pela ANP na utilização da marca, deve ser mantida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> A continuidade da fiscalização pela ANP na questão das marcas é extremamente benéfica ao consumidor, minimizando a exposição do mesmo a práticas de mercado predatórias e irregulares, uma vez que, não existindo a fiscalização da ANP nesse sentido, estariam todos submissos a morosidade da justiça brasileira; Por fim, caso não haja fiscalização da ANP na utilização da marca, o consumidor seria levado reiteradas vezes a erro na compra do combustível, sem contar nos possíveis danos à imagem da Distribuidora.
<u>Responsabilidade solidária dos distribuidores sobre os postos bandeirados, independente da existência de culpa;</u>	<p align="center"><u>MANUTENÇÃO DA TUTELA REGULATÓRIA DE FIDELIDADE À BANDEIRA:</u></p> <p>A Responsabilidade Solidária dos Distribuidores sobre os postos deve incidir apenas quando demonstrado o Nexo Causal, obedecendo o devido processo legal.</p>	A condicionante da responsabilidade solidária das distribuidoras sugerida, a partir de uma demonstração de Nexo Causal, com o devido processo legal, vai de encontro com os entendimentos majoritários sobre responsabilidade civil, como forma de punir unicamente o causador do dano, sendo a medida mais justa possível, evitando a arrecadação desmedida do setor público e desafogando o setor privado de inúmeros autos de infrações que, em que pese defensáveis, requerem gasto de tempo e pessoal;
<u>Experiência internacional em que somente combustíveis aditivados</u>	<p align="center"><u>MANUTENÇÃO DA TUTELA REGULATÓRIA DE FIDELIDADE À BANDEIRA:</u></p> <p>A proteção deve girar não apenas sobre o combustível aditivado mas em todos os produtos colocados a venda ao consumidor.</p>	A entrega de qualquer produto sobre uma específica marca, propicia a sociedade não apenas o produto em si mas todos os aspectos envolvidos, a saber, responsabilidade socioambiental, responsabilidade com as leis trabalhista, com o combate a corrupção, dentre outros inúmeros aspectos, que são

<u>recebem a proteção da marca, pois os demais são commodities</u>		construídos ao longo de anos, e, por isso, merecem por parte do poder público todas as proteções inerentes a marca.
<u>Possibilidade de introdução de maior competição entre os distribuidores pelo fim da tutela regulatória da fidelidade à bandeira.</u>	<p><u>MANUTENÇÃO DA TUTELA REGULATÓRIA DE FIDELIDADE À BANDEIRA:</u></p> <p>Vedação a possibilidade de introdução de maior competição entre os distribuidores.</p>	Diante da possibilidade de livre escolha dos postos, se bandeirados ou não, essa competição já existe, devendo apenas os órgãos reguladores observarem questões de monopólio e oligopólio conforme entendimento do CADE.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *tpc_fidelidade_bandeira@anp.gov.br*.